



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 25/04/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### **Dieese: 40% dos acordos salariais tiveram reajuste abaixo da inflação no primeiro trimestre**

As negociações trabalhistas feitas em março, segundo atualização do Dieese, mantêm a situação desfavorável de maioria dos acordos salariais abaixo da inflação. Praticamente 40% das campanhas acompanhadas no primeiro trimestre foram fechadas com reajuste inferior à variação do INPC-IBGE, indicador usado como referência no setor. Foram 31% equivalentes à inflação e 29% acima. Na média, a variação real dos reajustes é de -0,49%.

Os resultados foram um pouco melhores na indústria, setor em que os acordos acima do INPC representaram 33,7% do total.

Apenas em março, segundo o Dieese, o resultado foi pior: 52% dos acordos salariais ficaram aquém da inflação. Apenas 14% das negociações tiveram ganho real. Em fevereiro, foram 55% acordos abaixo do INPC. A variação média em março foi de -0,50%, ante -0,97% no mês anterior. Mesmo com inflação crescente, só 5,6% dos acordos previam parcelamento do reajuste.

A alta inflacionária segue sendo um desafio para sindicatos, trabalhadores e campanhas salariais. Para categorias com data-base em janeiro, o reajuste necessário era de 10,16%. Subiu para 10,60% no mês seguinte, 10,80% em março e agora está em 11,73%. Em abril do ano passado, estava em 6,94%. Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 25 de abril.

### **Governo amplia pente-fino do INSS e abre caminho para auxílio sem perícia**

Segurados que recebem auxílio-acidente poderão ter o benefício revisado e cancelado no pente fino do INSS. A novidade faz parte da MP (Medida Provisória) 1.113, publicada em edição extra nesta quarta-feira (20).

A MP também abre caminho para a retomada da concessão de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) sem perícia médica do INSS –o benefício é liberado após o trabalhador apresentar atestado ou laudo médico. Esse modelo, que já foi utilizado em 2020 e 2021 por causa das restrições de atendimento durante a pandemia, depende ainda de detalhes que deverão ser apresentados pelo MTP (Ministério do Trabalho e Previdência).

Para ser convertida em lei, a MP precisa ser aprovada em 120 dias na Câmara e no Senado, onde pode sofrer alterações. O texto final ainda precisará ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, a MP inclui o auxílio-acidente dentre os benefícios que podem passar por revisão periódica, por meio de exame médico da perícia. O órgão diz que um ato deve estabelecer os critérios e as datas para a convocação.

"Se o governo acredita que irá diminuir a fila com isso, ao contrário, vai criar uma demanda maior de pessoas que agora acham que conseguem um benefício sem precisar passar pelo perito", afirma o médico perito, Francisco Alves. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 22 de abril.

### **Com baixa participação em assembleia, sindicato não pode instaurar dissídio**

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho ratificou decisão que não reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais do Estado de São Paulo para a instauração de dissídio coletivo contra mais de 200 entidades sindicais, na condição de empregadoras.

Segundo o colegiado, não foi comprovada a participação em assembleia das pessoas interessadas, empregadas desses sindicatos, pois apenas sete compareceram.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reconheceu a legitimidade da entidade apenas em relação aos sete sindicatos que contaram com representantes na assembleia e extinguiu o processo quanto aos demais. Segundo o TRT, no caso, os sindicatos, figurando na ação como empregadores, se equiparam a empresas.

De acordo com o ministro, a presença de apenas uma pessoa representando determinado sindicato na assembleia, desde que identificada como tal, seria suficiente para atendimento ao disposto na OJ 19, mas isso não ocorreu.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 25 de abril.

## Auxílio Brasil supera emprego formal em quase metade dos estados

Em quase metade dos estados brasileiros, o número de famílias contempladas com o Auxílio Brasil supera a quantidade de vínculos de emprego de carteira assinada registrados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A comparação considera o número de famílias beneficiadas com ao menos R\$ 400 em cada mês e o estoque de empregos, que é a quantidade de vínculos formais de trabalho, no mesmo período, incluindo o setor público. A diferença em relação ao Auxílio Brasil é visível nos estados do Nordeste e Norte.

No Maranhão, por exemplo, eram 962,3 mil famílias beneficiadas em novembro passado, ante um estoque de 526,2 mil empregos; no Pará, 957,2 mil, ante 526,2 mil empregados formais; em Alagoas, 412,8 mil lares recebendo o auxílio, ante 375,3 mil vagas formais em estoque no Caged.

Em fevereiro, pelos dados mais recentes, o número de beneficiados no Maranhão já havia subido 15%, para 1,11 milhão de famílias, enquanto o estoque de vagas formais permaneceu praticamente estagnado ante novembro, somando 529,2 mil vagas.

Um movimento parecido no período, de aumento nas famílias no Auxílio Brasil, ocorreu no Pará (20%) e em Alagoas (17%). Já o emprego não conseguiu acompanhar os beneficiados pelo programa no mesmo ritmo: no Pará, houve uma queda de 0,6% no estoque; em Alagoas, de 0,1%.

O Caged considera apenas os postos de emprego com carteira assinada, enquanto boa parte da recuperação do mercado de trabalho desde a pandemia tem se dado pelo trabalho informal.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 24 de abril.

## Mais pobres são os mais afetados pela inflação, revela pesquisa

Uma pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) registra a escalada da inflação que afeta diretamente a mesa dos mais pobres no Brasil. O levantamento revelou que 76% dos brasileiros tiveram sua situação financeira "muito afetada" ou "afetada" pela inflação. Apenas 12% da população diz que foi "pouco afetada" ou "não foi afetada" pela alta de preços no Brasil.

Para 54% dos brasileiros, a situação financeira foi "muito afetada" pela pandemia e 64% dos brasileiros reduziram seus gastos de consumo e bens para equilibrar o orçamento.

Os mais pobres são ainda mais afetados pela política econômica neoliberal do governo de Jair Bolsonaro (PL), conforme apontam os números da pesquisa da CNI. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 63% dizem estar sendo muito afetadas pela elevação dos preços e 67% dizem ter cortado itens não essenciais.

Em março, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 12 meses chegou a 10,54%. Ao permanecer em dois dígitos, o IPCA continua distante da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central). O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 25 de abril.

## 13º antecipado do INSS injeta R\$ 300 milhões na economia da Baixada Santista

A primeira parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começará a ser paga hoje e deverá injetar cerca de R\$ 300 milhões na economia da Baixada Santista. Essa é uma projeção feita por A Tribuna com base nos valores dos benefícios previdenciários recebidos, em dezembro do ano passado, pelos cerca de 280 mil segurados da região que têm direito ao chamado abono anual.

Historicamente, os depósitos do 13º costumam ser realizados nos meses de agosto e de novembro.

Segundo o Ministério da Economia, o objetivo dessa antecipação é amenizar os reflexos econômicos causados pela pandemia de covid-19 durante o ano passado, cujos efeitos são sentidos até hoje.

A primeira parcela, correspondente a metade do benefício, será depositada com as aposentadorias e pensões deste mês entre esta segunda-feira (25) e 6 de maio.

A segunda será depositada entre os dias 25 de maio e 7 de junho. Ela equivale à diferença entre o valor total do abono e o montante antecipado, já com os descontos previstos em lei, como o Imposto de Renda (IR).

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 25 de abril.